

REQUERIMENTO Nº , 2017

(DOS Srs. Ságuas Moraes, Pepe Vargas, Assis Carvalho e Adelmo Leão)

Requer a realização de audiência pública para discussão da Medida Provisória 767/2017.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para oitiva de especialistas e organizações civis atuantes na temática previdenciária abaixo indicados, em data e hora designados por V.Exa., visando apurar o debate sobre a Medida Provisória 767/2017 que "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade", convidando, para tanto os seguintes representantes:

1. Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT;
2. Representante da Fundação de Estudos da Seguridade Social da ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil);
3. Representante da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (Anasps);
4. Representante da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social – ANMP;
5. Representante da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social – ANAPPS;
6. Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário;



7. Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP;
8. Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE;
9. Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT;
10. Zuher Handar, professor, Médico do Trabalho, ex-presidente da ANAMT – Associação Nacional de Medicina do Trabalho.

JUSTIFICAÇÃO

A oitiva de representantes das entidades da sociedade civil visa permitir ao Congresso conhecer não apenas os termos finais expressados no texto da Medida Provisória, mas a repercussão que as mudanças legais proposta pela MP 767/2017 trarão para os segurados e para os servidores atuantes no sistema previdenciário.

Alguns convidados prestarão relevantes esclarecimentos, inclusive considerando o necessário conhecimento, pelos Parlamentares, do quanto as alterações normativas propostas impactam aos beneficiários do regime, bem como da viabilização em relação ao trabalho dos servidores.

Faz-se necessário o aprofundamento da matéria objeto da Medida Provisória em questão, para a verificação da segurança jurídica de tais medidas para o sistema previdenciário nacional, pelo que apresentamos o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2017.


Dep. Saguas Moraes PT/MT

Dep. Pepe Vargas PT/RS

Dep. Assis Carvalho PT/PI

Dep. Adelmo Leão PT/MG

